



DIMENSÕES ECONÔMICA E SOCIAL DOS IMPACTOS DO PAC NO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE-PE, EM 2007-2015

Rafael Gonçalves Gumiero¹

Resumo

O Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS), em Pernambuco, tem uma longa trajetória de experiência de planejamento econômico e, no governo Lula, recebeu forte impacto de investimentos do Programa de Crescimento Econômico (PAC), o que permite posicioná-lo como uma alternativa para o desenvolvimento de Pernambuco. O objetivo deste artigo é avaliar se houve alinhamento do investimento do PAC, no período 2007 a 2015, para as áreas econômicas e sociais no CIPS. A metodologia adotada de investigação foi avaliar o perfil de investimentos do PAC, por intermédio dos relatórios PAC 2007-2010, PAC 2 2011-2014, PAC-Pernambuco 2011-2014, PAC-Pernambuco 2015-2018. Posteriormente, analisar os indicadores socioeconômicos dos oito municípios que compõem o território estratégico de Suape, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Atlas de Desenvolvimento Humano e Condepe/Fidem. Concluiu-se que a estratégia do PAC concentrou seus recursos nos municípios com maior dinamismo econômico: Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho.

Palavras chaves: Complexo Industrial Portuário de Suape. Programa de Crescimento Econômico. Polarização. Vulnerabilidades sociais. Desigualdades regionais.

Recebimento: 27/3/2017 • Aceite: 5/12/2017

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Bolsista de Pós Doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Grande Dourados e membro do Laboratório Interdisciplinar sobre Direitos, Diversidades e Diferenças na Fronteira (LADIF), Brasil. E-mail: gumiero84@gmail.com

ECONOMIC AND SOCIAL DIMENSIONS OF PAC IMPACTS IN THE SUAPE-PE PORT INDUSTRIAL COMPLEX IN 2007-2015

Abstract

The Suape Industrial Port Complex (CIPS), in Pernambuco, has a long history of economic planning experience, and during Lula's government it received a strong investment impact from the Economic Growth Program (PAC), which enables it to be positioned as a development alternative for Pernambuco economic and social areas, from 2007 to 2015. The objective of this article is to evaluate if there was alignment of PAC investment, for CIPS economic and social areas, from 2007 to 2015. The research methodology adopted was to evaluate PAC investment profile by means of 2007-2010 PAC reports; 2011-2014 PAC 2; 2011-2014 PAC-Pernambuco; 2015-2018 PAC-Pernambuco. Afterwards, the socioeconomic indicators of the eight municipalities comprised in the strategic territory of Suape were analyzed, according to the Institute of Applied Economic Research (IPEA), Annual Social Information Relation (RAIS), Atlas of Human Development, Condepe / Fidem. It was concluded that the PAC strategy polarized its resources in the municipalities with greater economic dynamism: Ipojuca, Jaboatão dos Guarapes and Cabo de Santo Agostinho.

Keywords: Suape Industrial Port Complex. Economic Growth Program. Polarization. Social vulnerabilities. regional inequalities.

Introdução

O Complexo Industrial Portuário de Suape tem a sua origem histórica no estudo pioneiro de Lebret, intitulado *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*, de 1955. A premissa desse estudo foi o surgimento do porto como alternativa para implantação de indústrias em Recife, que promoveria dinâmica econômica e condições de *decolagem* para a economia de Pernambuco. Para Lebret (1955), as sinergias criadas pela industrialização espraariam dinamismo econômico para o entorno territorial de Recife.

O documento *O Governo de Pernambuco 1967-1970 Programas e Realizações*, de 1971, constituiu um roteiro das atividades desenvolvidas pelo Governo de Pernambuco na gestão 1967-1970. As ideias inicialmente trabalhadas por Lebret, em 1955, parecem ter influenciado o Estado de Pernambuco na adoção de diretrizes para a instalação do porto. A formação do porto esteve diretamente relacionada, como *força de arranque*, para a expansão do parque industrial de Pernambuco, o que estimularia a demanda na geração de atividades econômicas complementares às desenvolvidas nesse território, exercendo dinamismo para a economia regional e local (PERNAMBUCO, 1971).

A concentração de investimentos na área econômica em relação à social é a problemática geral que circunscreve o objeto deste artigo, o Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco. Esse fenômeno de concentração de investimento se tornou mais evidente depois de 2006, após a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no território estratégico de Suape. Os investimentos do PAC para a área econômica foram superiores aos da área social, o que resultou na permanência das assimetrias sociais.

A estratégia de investimentos setoriais foi utilizada nas gestões Luís Inácio Lula da Silva no Governo Federal (2003 a 2010) para o desenvolvimento do território estratégico do Porto de Suape. Há forte relação dessa alternativa para o desenvolvimento em Suape com o fenômeno de polarização de investimentos e dos efeitos germinativos elaborados pela tese de Hirschman na obra *Estratégias do Desenvolvimento*, de 1958. A limitação imposta por esse modelo de desenvolvimento é que, em países subdesenvolvidos, não há o espraio dos *linkages* (efeitos para frente) de modo simultâneo ao crescimento econômico do polo de dinamismo. Pelo contrário, nesse caso, a concentração de investimentos em um empreendimento amplia os lucros sem reduzir as desigualdades regionais.

O objetivo deste artigo é verificar se houve alinhamento do investimento do PAC para as áreas econômicas e sociais no Complexo Industrial Portuário de Suape, no período 2007 a 2015. Este balanço se desdobrou em dois movimentos: 1) avaliar o perfil de investimentos do PAC no território estratégico do Complexo Industrial Portuário de Suape; 2) avaliar se houve redução das assimetrias sociais nos municípios do território estratégico de Suape, por intermédio dos indicadores socioeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Atlas de Desenvolvimento Humano e Condepe/Fidem.

O método para a realização desta pesquisa foi o balanço dos seguintes documentos institucionais do Governo Federal: Relatórios do Programa de Aceleração do Crescimento PAC 2007-2010; PAC 2 2011-2014; PAC-Pernambuco 2011-2014; PAC-Pernambuco 2015-2018 e a consulta do estágio de obras do PAC em Suape no *site* <http://www.pac.gov.br/estado/pe>. Além disso, foi feita uma coleta de dados socioeconômicos do território estratégico de Suape disponíveis no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nos anos de 2010 a 2014, na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) nos anos 2009 a 2012 e no Atlas do Desenvolvimento Humano nos anos de 2000 a 2010.

O artigo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, foram apresentadas as teses de desenvolvimento setorial de Hirschman e as limitações desse modelo para a interpretação de Brandão. No segundo, foram identificados os setores e o perfil dos investimentos do PAC nos municípios do território estratégico de Suape. No terceiro, buscou-se avaliar o impacto desses investimentos nos indicadores socioeconômicos dos municípios de Suape. Por fim, no quarto tópico, foi elaborado um balanço crítico da estratégia de investimento do Governo Federal pelo PAC e dos indicadores sociais e econômicos.

O Complexo Industrial Portuário de Suape como estratégia de desenvolvimento

O período após II Guerra Mundial foi fértil na produção bibliográfica sobre o desenvolvimento regional. Pioneiramente, François Perroux apresentou a tese dos polos de crescimento; Rosenstein-Rodan, com a tese do *big push* na economia; Hirschman abordou a tese sobre pontos germinativos; Myrdal enfatizou a metodologia causalção circular cumulativa para avaliar países com desigualdade regional, dentre outros autores.

Hirschman, em sua obra *Estratégias de Desenvolvimento Econômico*, de 1958, refinou a tese do desenvolvimento setorial de Perroux, o que permitiu apresentar a ideia como critério para direcionar investimentos para a seleção de projetos que resultem efeitos em sequência para setores correlatos, e é o entrosamento entre esses setores derivados que impulsionará o crescimento. A localização das indústrias satélites próxima à principal é predominante para conceder vantagens de investimentos, pois há demanda por produtos oriundos das subsidiárias pela indústria principal. O efeito *linkages* entre duas indústrias, ou mais, representa o desdobramento cumulativo do desenvolvimento e a emergência de *pontos de desenvolvimento ou polos de desenvolvimento* para superar as desigualdades internacional e interregional.

Para Hirschman (1961), em países subdesenvolvidos, há o fenômeno do dualismo, resultado do crescimento desigual entre as regiões, dividindo as em progressistas e atrasadas. O crescimento econômico da região industrializada pode provocar repercussões adversas para a outra região, ou o efeito de polarização de investimento em uma única região. Os efeitos de fluência dificilmente podem superar os de polarização. O Estado pode desempenhar função prioritária para o desenvolvimento nesse processo pela aplicação de investimentos na correção das desigualdades regionais causadas pelos efeitos de polarização. Hirschman propõe três padrões de alocação de recursos: 1) dispersão; 2) concentração em áreas de crescimento; 3) desenvolvimento em áreas atrasadas.

O padrão de dispersão de investimentos é caracterizado pela distribuição de pequenos projetos pelo país, determinados por recursos financeiros disponíveis com capacidade tecnológica. O padrão de concentração de investimentos é resultado da inserção do capital estrangeiro em regiões que apresentam vantagens de localização e infraestrutura instalada. Os investimentos públicos acompanham essa tendência, o que contribui para uma possível concentração de capital. O terceiro padrão é o de investimentos do governo em regiões atrasadas economicamente, buscando equilibrar, por meio das vantagens tributárias especiais, a oferta de recursos financeiros para o Sul, o que controlaria os efeitos de polarização de recursos no Norte (HIRSCHMAN, 1961).

A tese do desenvolvimento setorial de Rosenstein-Rodan, Perroux e Hirschman apresentam limitações. Os efeitos progressivos gerados pelos investimentos setoriais concentram o crescimento econômico em uma região em relação à outra, em países subdesenvolvidos, o que reforça as desigualdades regionais ao

focalizar os investimentos em polos providos de melhor infraestrutura e maior conexão com o comércio exterior.

Para Brandão (2007), os centros nacionais de decisões são fragilizados pela internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos do capital. A natureza hierárquica, formada por escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global, e o planejamento, são desmobilizadas pelos estímulos da iniciativa privada para empreendedorismo local como alternativa para o desenvolvimento local. Nessas circunstâncias, os territórios não consideram como estratégias de desenvolvimento as classes sociais, oligopólios, hegemonia etc. A prioridade são as vantagens comparativas de competitividade do local, e o mercado é o único representante das instituições tradicionais.

O processo de desenvolvimento capitalista seleciona somente alguns pontos focais do território para multiplicação do valor e da riqueza, enquanto outros atuam como produtores complementares às demandas. As forças de integração posicionam os espaços regionais recém- incorporados como submissos às formas superiores de acumulação e de reprodução econômica. Essa forma de inserção de territórios no mercado de integração elimina a autonomia do setor produtivo local (BRANDÃO, 2007).

O processo de integração está relacionado ao de polarização e ao de hierarquia. Os centros, posicionados em hierarquias superiores, são dotados de estruturas complexas de serviços, infraestruturas, centros de armazenagem, comercialização, consumo, gestão, controle e poder político e cultural. Portanto, as suas forças concentradoras são de difícil reversão ou equilíbrio. O efeito de polarização resulta de processos de concentração e de centralização de capital. Esse fenômeno é consequência da heterogeneidade estrutural, desencadeada no processo de formação estabelecida pela homogeneização do capital em seu território, e da própria cumulatividade das forças aglomeradoras presentes no espaço geográfico capitalista. O capitalismo ordena novos espaços geográficos, novas escalas, novos pontos nodais, rearticulando as forças da polarização, da heterogeneidade e da dominação regionais (BRANDÃO, 2007).

O Complexo Industrial Portuário de Suape surgiu a partir da perspectiva de um importante polo para combinar logística com o parque industrial, como estratégia para o desenvolvimento local, de Pernambuco, e regional, do Nordeste. Os investimentos realizados pelo PAC nos governos Lula e Dilma reforçaram a hipótese de que o espraiamento das sinergias provocadas pela industrialização ficou

concentrado em dois municípios do território estratégico, Ipojuca e Santo Agostinho, onde está localizado o complexo. Reproduziu os efeitos enunciados por Brandão, de integração e polarização no território estratégico de Suape.

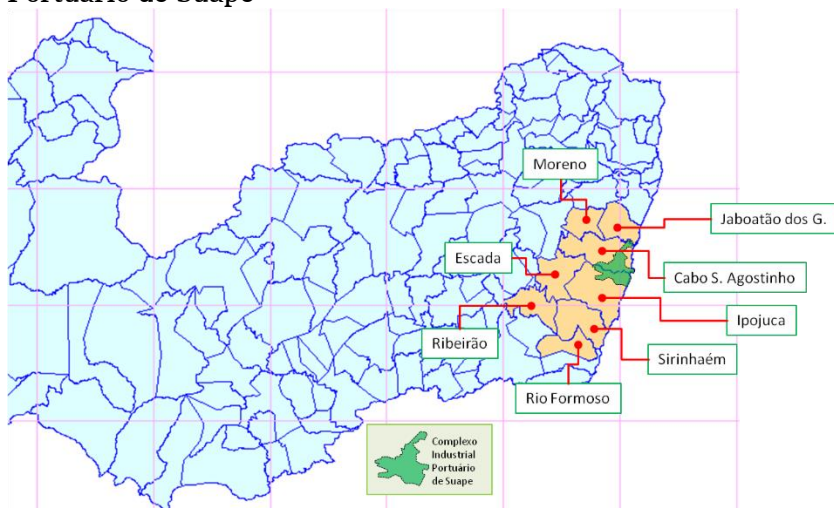
O PAC como disparador para formação de empreendimentos no Complexo Industrial Portuário de Suape

Dentro desse universo composto pela longa trajetória de políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste, foi proposto como objeto empírico, neste artigo, o Complexo Industrial Portuário de Suape-PE. O processo de implementação do complexo perpassou diferentes movimentos: 1) de 1955 a 1969, com os estudos pioneiros para o desenvolvimento de Pernambuco: *Estudos Sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias, Interessando a Pernambuco e ao Nordeste*, de Louis Joseph Leuret, de 1955; *Problemas de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco*, de Francisco de Oliveira, de 1959; *Programas e Realizações, do Governo de Pernambuco 1967-1970*, do governo do Estado de Pernambuco, de 1971; 2) de 1970 a 1982, quando ocorreu a institucionalização do porto e o lançamento dos seus planos diretores: *Suape: ideia de um porto industrial para o Nordeste e para Amazônia*, de 1974; *Suape: complexo industrial portuário*, de 1978, do Governo do Estado de Pernambuco; *O Complexo Industrial Portuário de SUAPE relações interindustriais e oportunidades de investimento*, de 1982, da Secretaria Extraordinária para Assuntos Relativos à implantação CIPS (SEAS) e Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE); 3) de 1983 a 2002, com o recuo de investimentos públicos no Porto de Suape e o estudo *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento* (1999), no governo Fernando Henrique Cardoso, que o apresentou no portfólio de opções para o investimento estrangeiro em polos dinâmicos no Brasil, sendo eleito como ponto estratégico para o crescimento econômico do Brasil; 4) de 2003 a 2014, quando desponta como uma grande referência dos investimentos do governo federal por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Diretor Suape 2030, como estratégia para ampliação do CIPS. Pode-se sugerir que o quarto momento, simbolizado pelo abrupto ciclo de investimentos no CIPS, está em processo de encerramento, justificado pelo anúncio da Petrobras do seu plano de desinvestimento para o biênio 2015 e 2016, realizada pela venda da Companhia Petroquímica de Pernambuco (Suape), alinhado à queda no valor de investimentos do PAC no eixo de

energia, que reduziu de R\$ 41.922,76 bilhões, no período de 2010-2014, para R\$ 11.808,60 bilhões, no período 2015-2018.

O Complexo Industrial Portuário de Suape está localizado, 60% da sua área industrial, no município de Ipojuca, e 40%, no de Cabo do Santo Agostinho. O território estratégico é constituído por oito municípios: Cabo de Santo Agostinho, Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém.

Figura 1: Localização dos municípios do Complexo Industrial Portuário de Suape



Fonte: CONDEPE-Fidem.

No período de 2003 a 2015, dentre o repertório de programas do governo federal, o PAC foi o principal na implementação de disparadores de crescimento econômico nos setores logístico, energia e social do CIPS. O PAC foi instituído pela lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, e foi um dos principais programas das duas gestões Lula (2003 a 2010) e da primeira gestão Dilma (2010 a 2014).

Nas gestões Lula e primeira de Dilma, houve três versões do PAC: 1) na primeira gestão Lula, de 2003 a 2006, o PAC foi formulado na dimensão teórica pela equipe técnica do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPOG) como estratégia para dinamizar a economia brasileira; 2) na segunda gestão Lula, de 2007 a 2010, o PAC foi lançado, e as suas diretrizes foram organizadas pelos eixos estratégicos de investimento, o logístico, o de energia e o social urbano; 3) na primeira gestão Dilma, de 2011 a 2014, foi lançada a segunda fase do PAC, que manteve o eixo da energia, mas ampliou os eixos de

transportes, cidade melhor, comunidade cidadã, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos.

Nos anos 2007 a 2010, Pernambuco foi o maior receptor de recursos do PAC dentre os estados da região Nordeste. O peso político e econômico de algumas unidades federativas em relação a outras preponderou na decisão de investimentos em projetos do PAC, que destinou 60,9% do orçamento do Nordeste desse programa para Pernambuco, para o Ceará e para a Bahia, no período de 2007 a 2010 (FIEP, 2013, p. 16).

Tabela 1: Investimentos do PAC no Nordeste 2007-2010 (em porcentagem)

Investimentos (eixos) (% do Brasil e do Nordeste)								
Estado	Logística (a)		Energia (b)		Soc.Urb. (c)		Total (a + b + c)	
	BR	NE	BR	NE	BR	NE	BR	NE
Maranhão	0,7	3,1	2,6	11,9	2,2	6,7	2,0	7,8
Piauí	4,3	18,0	1,1	4,9	1,6	4,7	2,1	8,0
Ceará	4,2	17,5	3,3	15,0	5,5	15,8	4,1	15,9
Rio Grande do Norte	0,6	2,5	2,1	9,8	3,6	10,2	2,1	8,2
Paraíba	0,7	2,9	,5	2,2	5,3	15,1	1,8	6,9
Pernambuco	5,4	22,4	5,4	24,8	8,0	22,8	6,1	23,5
Alagoas	0,7	3,1	0,6	2,7	1,7	4,8	0,9	3,5
Sergipe	0,5	2,2	1,6	7,5	1,2	3,6	1,2	4,8
Bahia	6,8	28,5	4,6	21,2	5,8	16,6	5,5	21,4
Nordeste =								
R\$ 116 bilhões	23,9	100,0	21,9	100,0	34,9	100,0	25,7	100,0

Fonte: FIEP, 2013. Consultado em:

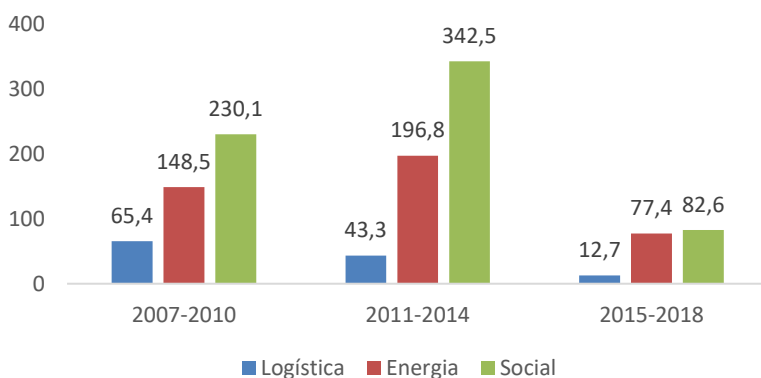
<http://www.fiepb.com.br/arquivos/desigualdadesRegionais.pdf>

(c) O eixo denominado *social e urbano* do PAC representa ações direcionadas pelo Programa Luz para Todos, saneamento e financiamentos habitacionais.

O total de recursos a serem distribuídos, segundo a previsão do PAC, na primeira fase, de 2007 a 2010, foi de R\$ 657.400.000.000,00; na segunda fase, de 2011 a 2015 correspondeu a R\$ 664.000.000.000,00 e, para o período de 2015 a 2018, houve a redução para quase menos da metade dos valores de outras fases, totalizando R\$ 381.800.000.000,00. Os dados demonstram que o PAC perdeu folego para investimentos. Dentre os três eixos priorizados pelo PAC, o social foi o que mais recebeu investimentos, R\$ 230.100.000.000,00, no período de 2007 a 2010.

No período de 2011 a 2014, o total investimento pelo PAC no eixo social foi de R\$ 342.500.000.000,00, formados pelos projetos: cidade melhor, R\$ 2.600.000.000,00; comunidade cidadã, R\$ 4.100.000.000,00; minha casa minha vida, R\$ 328.100.000.000,00 e água e luz para todos, R\$ 7.700.000.000,00. No período de 2015 a 2018, a previsão é de apenas R\$ 82.600.000.000,00, bem menos se comparado com as outras fases (BRASIL 2010a, p. 39; BRASIL 2014a, p. 32; BRASIL 2016a, p. 12).

Gráfico 1: Investimento do PAC por eixos (âmbito nacional) (valor R\$ bilhões)



Fonte: (BRASIL 2010a, BRASIL 2014a, BRASIL2016a).

A segunda tabela apresenta os investimentos do PAC em Pernambuco. O eixo social regional, contraditoriamente aos investimentos no âmbito nacional, é o que menor recurso recebeu do PAC. Na primeira fase do PAC, de 2007 a 2010, em Pernambuco, os investimentos do eixo energético, no valor de R\$ 7.521,6 bilhões, e os da infraestrutura social urbana, no total de R\$ 7.118.100.000,00, estavam pareados. Nos anos de 2011 a 2014, o eixo energia saltou para R\$ 41.922.760.000,00, enquanto o social (eixos Cidade melhor, Comunidade Cidadã, MCMV, Água e Luz para todos) recebeu R\$ 14.423.550.000,00. A diferença de valores direcionados aos dois eixos demonstra que o eixo de energia foi central para a estratégia do PAC 2 no Complexo Industrial Portuário em Suape. No período de 2011 a 2014, a Refinaria Abreu e Lima RNEST recebeu R\$ 31.236.000,24, e a Petroquímica Suape recebeu R\$ 5.541.000,42. Juntas captaram R\$ 36.777.000,00, o que totalizaria quase o valor total destinado ao setor de energia do PAC para Pernambuco.

No Relatório do PAC 2015-2018, até 24 de outubro de 2016, os eixos logístico e energético estavam praticamente empatados na soma de recursos recebidos pelo PAC, respectivamente, R\$ 11.848.860.000,00 e R\$ 11.808.600.000,00, e o de infraestrutura social e urbana foi posicionado com o menor valor de recursos, R\$ 6.412.000.000,00.

Tabela 2: Investimento em Empreendimentos Exclusivos PAC em Pernambuco 2007-2018

PAC 2007 a 2010 - Eixos	Empreendimento Exclusivo 2007-2010(R\$ milhões)	PAC 2 2011 a 2014 – Eixos	Empreendimento Exclusivo 2011-2014 (R\$ milhões)	PAC 2015 a 2018	Empreendimento Exclusivo 2015-2018 (R\$ milhões)
Logística	6.387,4	Transportes	5.496,75	Logística	11.848,86
Energética	7.521,6	Energia	41.922,76	Energética	11.808,60
		Cidade Melhor**	2.453,25		
Social Urbana	7.118,1	Comunidade Cidadã	468,99	Social Urbana	6.412,69
		MCMV	9.503,44		
		Água e Luz para Todos	1.997,87		
Total	21.027,2	Total	61.843,06	Total	30.070,15

Fonte: BRASIL 2010b; BRASIL 2014b; BRASIL 2016b. Elaborado pelo autor.

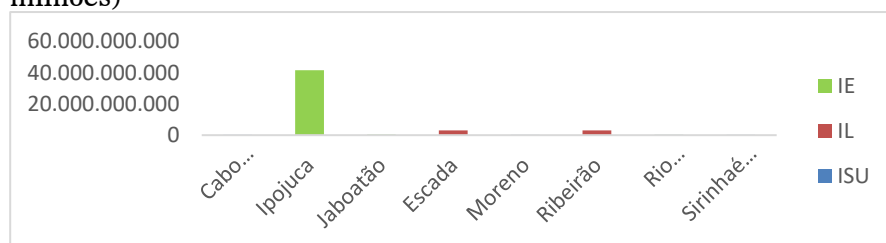
Conforme apresentado na tabela supracitada, o destaque de investimentos do PAC foi o eixo da energia. Os principais projetos ancorados neste eixo foram: o da Petroquímica Suape e o da Refinaria Abreu e Lima, respectivamente, que foram contabilizados em R\$ 13.046.000.000,00 e R\$ 40.142.618.000,00. Os valores desses empreendimentos combinados superaram com folga os investimentos do PAC no eixo infraestrutura social e urbana, direcionada à Cidade Melhor, R\$ 2.453.000.000,00, Comunidade Cidadã, R\$ 468.990.000,00, Minha Casa, Minha Vida, R\$ 9.503.440.000,00, Água e Luz para Todos, R\$ 1.997.870.000,00, totalizando R\$ 14.423.300.000,00 (PAC 2011-2014, p. 3).

Os principais projetos investidos pelo PAC estão localizados nos municípios que recebem impacto direto, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão, dos efeitos gerados pelo Complexo Industrial Portuário de Suape. O município de Ipojuca pode ser considerado o epicentro deste complexo, pois aí foram instalados a Petroquímica de Suape, Refinaria Abreu e Lima, o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), o Estaleiro Atlântico Sul, que mobilizaram o valor de R\$ 41.386.598.000,00 de investimentos do eixo energético do PAC até 2016.

No período de 2015 a outubro de 2016, o segmento de petróleo e gás do eixo de Energia do PAC para o Estado de Pernambuco foi o que recebeu maior investimento, com destaque para os seguintes empreendimentos: Navios e Sondas de Perfuração PROMEF 1 - Lote 1 – 10 Navios Suezmax - Estaleiro EAS - PE² R\$ 1.550.690.000,00; PROMEF 2 - Lote 5 – 8 Navios Gaseiros - Estaleiro Promar - PE R\$ 750.070.000,00; Refinaria Abreu e Lima – RNEST R\$ 4.145.720.000,00 (BRASIL-MPOG, 2016, p. 14).

Os municípios de Escada e Ribeirão despontaram em relação aos municípios de Jaboatão e Cabo de Santo Agostinho como os maiores receptores do PAC. Porém, Escada e Ribeirão estão incluídos na trajetória da expansão da obra da ferrovia Nova Transnordestina, Salgueiro – Suape, com o valor de R\$3.006.480.000,00 no trecho da obra. Esse valor foi referente a este trecho da obra, que se estende por vários municípios dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí³ e não é específico para Escada e Ribeirão.

Gráfico 2: Investimento do PAC por eixos nos municípios do Complexo Industrial Portuário de Suape no período 2007-2016 (Valor em R\$ milhões)



Fonte: Consultado em <http://www.pac.gov.br/>.
Data de referência junho/2016. Elaborado pelo autor.

IE – infraestrutura energética

IL – infraestrutura logística

ISU – infraestrutura social urbana

O contraste entre o investimento do eixo de energia e o de infraestrutura social e urbana do PAC em Suape é nítido, sendo

² Os investimentos recebidos pelos empreendimentos Navios e Sondas de Perfuração PROMEF 1 e PROMEF 2 corresponderam ao período de 2007 a 2010.

³ A obra da Transnordestina atravessa os estados de Pernambuco, na direção leste/oeste, Ceará, na direção norte/sul e, finalmente, no sudoeste de Piauí. Há previsão de construção do porto seco no município de Eliseu Martins, no Piauí, e ampliação da Transnordestina em direção aos portos de Suape, em Pernambuco, e Pecém, no Ceará, para conectá-la logisticamente nesses três estados (CAMARGO, 2015).

direcionado pelo programa ao território estratégico, respectivamente, R\$ 41.477.000,00 e R\$ 835.156,00. Acrescenta-se que os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Jaboatão (denominados receptores de impactos diretos do complexo) receberam investimentos no eixo de infraestrutura social e urbana, respectivamente, nos valores de R\$ 276.133,00, R\$ 88.312,00 e R\$ 268.199,00, o que contabiliza grande porcentagem do total investido, 75,75% no eixo infraestrutura social e urbana do PAC aos municípios do Complexo.

Houve redução dos investimentos do PAC, de R\$ 61.843,06 bilhões no período de 2010-2014 para R\$ 30.070,15 milhões no período de 2015 a 2018 no CIPS.

Segundo o Relatório de Atividades da Petrobras 2012, a estimativa para dar prosseguimento aos investimentos no setor petroquímico era de US\$ 5 bilhões de dólares direcionados aos projetos Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape) e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), Companhia de Coque Calcinado de Petróleo – Coquepar. (PETROBRAS, 2012, p. 27).

Porém, o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 apresentou como estratégia central a redução de custos por intermédio de programa de parcerias e desinvestimentos como alternativa para captação de recursos⁴, ou seja: “*Atuar com ênfase em parcerias e desinvestimentos como elementos-chave para a geração de valor.*” (PETROBRAS, 2016, p. 67).

Foi anunciada pelo portfólio de desinvestimento a venda da participação da Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) para duas subsidiárias da empresa mexicana Alpek pelo valor de US\$ 385 milhões⁵.

Balanço dos investimentos do PAC no território estratégico de Suape, de 2007 a 2015

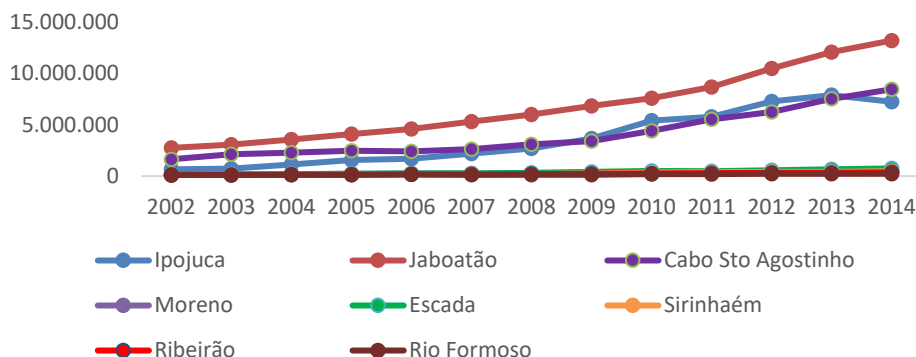
O investimento do PAC no território estratégico de Suape mobilizou efeitos diferenciados, de polarização, na área de influência direta, representada por Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, se

⁴ Segundo o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, um dos principais diretrizes da Petrobras é o programa de parcerias e desinvestimentos que espera receber US\$ 40 bilhões* nos próximos 10 anos.

⁵ Consultado no site: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/vendemos-ativos-nas-areas-de-acucar-etanol-e-petroquimica-por-us-587-milhoes.htm>>.

comparado aos da área de influência indireta, representada pelos municípios de Moreno, Escada, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém. O gráfico a seguir, na série histórica de 2002 a 2014, apresenta o aumento na taxa do PIB dos oito municípios.

Gráfico 3: Produto Interno Bruto dos municípios do Complexo Industrial Portuário Suape – a preços correntes (R\$ 1000)



Fonte: IBGE-Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>.

O crescimento econômico do município de Jaboatão apresenta tendência crescente desde o início e se manteve na liderança da série histórica em 2014, com R\$ 13.217.350.000,00. Cabo de Santo Agostinho ficou em segundo lugar, em 2014, com um PIB de R\$ 8.462.097.000,00, ao passo que Ipojuca, superando Cabo Santo Agostinho de 2009 a 2013, fica em terceiro lugar com R\$ 7.245.824.000,00, em 2014.

Os dados do PIB *per capita* dos municípios do Complexo Industrial Portuário de Suape apontam Ipojuca na liderança em 2012, com R\$ 86.892,04, e, mesmo recuando em 2014, manteve-se com um PIB *per capita* na ordem de R\$ 80.814,45. Em segundo lugar, ficou Cabo de Santo Agostinho, com R\$ 42.655,36, o que apresenta uma assimetria no comparativo com Ipojuca. Apesar de Jaboatão apresentar valor maior do PIB em relação a Ipojuca e a Cabo de Santo Agostinho, ocupou o terceiro lugar nessa comparação da renda *per capita*, com R\$ 19.410,36.

No balanço, os oito municípios avançaram no PIB *per capita*, nos anos de 2000 a 2012. Os municípios da área de influência indireta se aproximaram do valor de Jaboatão, mesmo com diferenças marcantes no valor do PIB, o que permite afirmar que o crescimento

econômico do município não implica diretamente na redução da concentração de renda.

Em 2006, o percentual de participação dos oito municípios que fazem parte do território estratégico de Suape no PIB estadual de Pernambuco ficou concentrado em três deles: Ipojuca, com 7,8%; Cabo do Santo Agostinho, 8,54%; Jaboatão dos Guararapes, 5,10%, somando 21,44%. Porém, em 2013, houve recuo da participação de Ipojuca para 5,98% e de Jaboatão, com 8,49%. Os outros municípios (área indireta) mantiveram a participação no PIB de Pernambuco, do ano de 2006 para 2013. Moreno participou com 0,35%, Escada ampliou para 0,49%, Sirinhaém manteve 0,30%, Ribeirão recuou de 0,26% para 0,24%, e Rio Formoso, de 0,27% para 0,15% da participação no PIB de Pernambuco.

Tabela 5: Dados econômicos dos municípios do território estratégico de Suape

Município	PIB per capita ¹ (R\$ 1000)			Participação dos municípios total PIB Pernambuco ² (%)				População ¹
	2010	2012	2014	2000	2006	2012	2013	
Pernambuco	10.822.00	13.138.00	16.722.05	100	100	100	100	9.410.336
Ipojuca	67.101.47	86.892.04	80.814.45	5,12	7,80	6,02	5,98	92965
Jaboatão	11.767.04	16.012.06	19.410.36	8,04	8,54	8,17	8,49	691125
Cabo de Sto Agostinho	23.892.16	33.079.62	42.655.36	4,59	5,10	5,12	5,23	202636
Moreno	6.038.97	7.150.98	9.282.63	0,33	0,35	0,32	0,35	61577
Escada	7.854.57	8.856.59	11.202.09	0,52	0,40	0,45	0,49	67839
Sirinhaém	8901.84	9941.68	11081.46	0,28	0,30	0,32	0,30	44734
Ribeirão	5983.70	6801.50	8017.98	0,28	0,26	0,24	0,24	46877
Rio Formoso	8363.87	10210.96	9903.26	0,24	0,27	0,18	0,15	23282

Fonte: IBGE.

1 Dados consultados no IBGE Contas Regionais e IBGE Cidades. Disponível nos sites:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2014/default.shtm>> e <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>>

2 Dados consultados no Anuário estatístico 2011, 2012 e 2014 do Condepe/Fidem. Disponível no site: <<http://www.anuario.pe.gov.br/>>.

Na tabela 6, a seguir, é possível observar, segundo dados da Agência CONDEPE/FIDEM, que houve redução de percentuais da população dos municípios do entorno de Suape nas categorias *extremamente pobres* e *pobres*, de 2000 a 2010. Na categoria *extremamente pobres* da população, houve redução dos percentuais. No entanto, os municípios de Cabo do Santo Agostinho (5,98) e Jaboatão dos Guararapes (6,35) ficaram abaixo da média nacional, que, em 2010, era de 6,62. Na categoria *pobres*, houve igualmente redução dos percentuais até 2010, porém Cabo de Santo Agostinho

(19,71) e Jaboatão dos Guararapes (17,61) estiveram abaixo da média nacional, que era, em 2010, igual a 15,20.

Quanto ao índice de Gini, registrado para o período de 2000 a 2010, os municípios do entorno de Suape, Cabo de Santo Agostinho, Escada, Ipojuca, Jaboatão, Moreno, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém também apresentaram redução, permanecendo todos, em 2010, com um índice abaixo da média do estado Pernambuco, que foi de 0,62. Os menores índices foram registrados em Escada, Rio Formoso e Sirinhaém, que apresentaram, respectivamente, 0,46; 0,44; e 0,44. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) segue na mesma direção, sendo que somente os municípios de Jaboatão, com 0,717, e Cabo de Santo Agostinho, com 0,686, atingiram números maiores da média estadual de Pernambuco, de 0,673, em 2010.

Tabela 6: Dados sociais dos municípios do território estratégico de Suape

Munic.	Índice de Gini ²		IDHM ¹		% dos extremamente pobres ³		% dos pobres ⁴	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	0,64	0,60	0,612	0,727	12,48	6,62	27,90	15,20
Pernambuco	0,66	0,62	0,544	0,673	22,30	12,32	45,27	27,17
Cabo Sto Agostinho	0,54	0,53	0,547	0,686	17,49	5,98	43,26	19,71
Escada	0,51	0,46	0,479	0,632	23,66	9,35	55,57	25,31
Ipojuca	0,53	0,50	0,457	0,619	23,10	8,71	54,06	27,22
Jaboatão	0,63	0,58	0,625	0,717	11,22	6,35	32,11	17,61
Moreno	0,50	0,53	0,511	0,652	21,14	12,07	51,68	30,11
Ribeirão	0,58	0,50	0,456	0,602	25,92	9,98	55,01	31,16
Rio Formoso	0,54	0,44	0,420	0,613	35,72	12,51	63,94	34,33
Sirinhaém	0,54	0,44	0,426	0,597	28,79	8,70	67,58	34,24

Fontes:

1 Atlas do Desenvolvimento Humano: Disponível em:

<<http://atlasbrasil.org.br/>>

2 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/Fundação João Pinheiro.

3 Proporção de extremamente pobres: Indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais. Agência CONDEPE/FIDEM - Contas Regionais.

4 Proporção de pobres: Indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais. Agência CONDEPE/FIDEM - Contas Regionais.

Os dados da educação e do IDHM levantados para os municípios do Complexo Industrial Portuário de Suape apresentaram

um cenário em que os melhores indicadores foram dos municípios de Jaboatão e Cabo de Santo Agostinho, localizados na área de influência direta. Ao passo que em outros, apesar de se aproximarem da média estadual de Pernambuco, ficaram abaixo da nacional.

Em relação à educação, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi 83,07%, no município de Cabo de Santo Agostinho, e 82,21%, em Jaboatão, representando os maiores índices em relação aos do Estado de Pernambuco, que foi igual a 81,70%, para o ano de 2010. O próximo indicador examinado revela que a proporção de jovens entre 18 e 20 anos que concluíram o ensino médio em Pernambuco foi 32,64%, em 2010, índice superado pelos municípios de Jaboatão, com 40,83%, Cabo de Santo Agostinho, 36,38%, e, quase empatado com a média estadual, Moreno, com 32,30%. Em contrapartida, o índice de jovens de 18 a 24 anos de idade no ensino superior permaneceu na média estadual 9,62% e foi ultrapassado somente pelo município de Jaboatão, com 11,21%.

Tabela 7: Indicadores de educação dos municípios do Complexo Industrial Portuário de Suape

Munic.	11 a 13 anos no ensino fundamental			18 a 20 anos com o ensino médio completo			18 a 24 anos no ensino superior		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
	Brasil	-	-	84,86	-	-	41,01	-	-
Pernambuco	28,50	43,47	81,70	9,88	15,71	32,64	3,55	4,60	9,62
Cabo Sto Agostinho	28,18	45,92	83,07	6,76	14,25	36,38	1,27	1,48	5,59
Escada	16,88	35,73	77,67	7,16	13,31	28,55	0,99	0,26	3,37
Ipojuca	15,60	35,17	73,94	4,07	6,47	22,89	0,24	0,94	2,72
Jaboatão	38,22	53,70	82,21	10,87	20,97	40,83	2,58	5,41	11,21
Moreno	28,92	48,65	79,67	6,42	11,49	32,30	0,82	1,61	4,89
Ribeirão	14,93	33,57	80,48	7,34	6,26	24,81	2,64	2,07	3,85
Rio Formoso	8,46	23,98	75,26	4,79	8,16	24,84	0,23	2,43	5,07
Sirinhaém	10,66	30,75	80,71	3,11	3,00	21,36	0,67	0,49	3,92

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/>.

Considerando os grupos de trabalho⁶ classificados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), nota-se que, no período de 2009

⁶ Os grupos de trabalhos estão divididos da seguinte maneira pelo RAIS: Grupo 1 - membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público; Grupo 2 - profissionais das ciências e das artes; Grupo 3 - nível médio; Grupo 4 - serviços administrativos; Grupo 5 - serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados; Grupo 6 - agropecuários, florestais e da pesca; Grupo 7 - produção de bens e serviços industriais - Trabalhadores qualificados, operários e artesãos das artes mecânicas e outros ofícios; Grupo 8 - produção de bens e serviços industriais -

a 2012, a ocupação da mão de obra e a remuneração dos trabalhadores⁷ nos municípios do território estratégico de Suape sofreram mudanças. Entre elas, algumas devem ser destacadas:

1. A expansão da oferta de trabalho foi nos grupos 7 e 8, condiz à área de produção de bens e serviços industriais, composta, respectivamente, pelos segmentos de operários e artesãos das artes mecânicas e outros ofícios e de operadores de instalações e máquinas e montadores. Em Cabo de Santo Agostinho, verificou-se uma variação dos postos do grupo 8, de 2481 para 3804 postos de trabalho. Em Ipojuca, ocorreu a maior variação de 9078 para 40559 postos no grupo 7. Em Jaboatão, a variação positiva ocorreu de 18160 para 24232 postos, no grupo 8;
2. A maior variação no salário foi em Cabo de Santo Agostinho, no grupo 6, composto por trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca, ampliando de R\$ 3538,54 para R\$ 4939,22. Em Ipojuca, os dados revelaram uma situação inusitada, houve elevação dos salários no grupo 1, composto por membros superiores do poder público, com elevação de R\$ 2.599,89 para R\$ 8.705,66, justamente o único grupo que teve variação negativa na ocupação dos postos de trabalho. Em Jaboatão, a maior variação foi no grupo 8, composto por trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, especificamente por operadores de instalações e máquinas e montadores, ampliou de R\$ 448,14 para R\$ 707,4 (valor menor do que o de um salário mínimo, cotado em 2012);
3. Em 2010, a comparação do valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas revelou que foi maior em Jaboatão, com R\$ 1.048,94, acompanhado por Cabo de Santo Agostinho, R\$ 885,60, e, posteriormente, Ipojuca, com R\$ 751,86 (menor que o valor do salário mínimo, R\$ 788, em 2015). Com referência a esses dados, pode-se inferir que Ipojuca, município com maior variação na ocupação de postos de trabalhos no setor 7, apresentou o menor rendimento mensal e a maior variação no valor de salários foi no grupo 1.
4. Nos municípios da área de influência indireta, o grupo ocupacional que teve maior variação nos postos de trabalhos

Operadores de instalações e máquinas e montadores; Grupo 9 - em serviços de reparação e manutenção.

⁷ Indicadores retirados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) /TEM. Disponível para consulta no site: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>>.

em Escada foi o grupo 9, aumentou de 909 a 3014 postos, sendo também o grupo que apresentou maior elevação do salário, passando de R\$ 822 para R\$ 1.221. Em Moreno, o grupo 1 aumentou de 646 para 702 postos de trabalho, e a maior variação no salário foi no grupo 8, de R\$ 761 para R\$ 1.292. Em Ribeirão, foi o grupo 4, que passou de 523 para 725 postos, e com maior variação salarial foi o grupo 2, com variação de R\$ 777 para R\$ 1.457. Em Rio Formoso, o grupo 7 apresentou maior variação, ampliou de 489 para 640 postos e com maior variação salarial foi o grupo 6, de R\$ 783 para R\$ 1.422. Em Sirinhaém, o grupo 7 cresceu os postos de trabalho, de 815 para 1117 postos e o que obteve maior variação salarial foi o grupo 1, de R\$ 1.244,65 para R\$ 2.267,07.

Em 2010, o valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas nos municípios de Escada, Moreno, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém foi respectivamente: R\$ 635,13; R\$ 661,39; R\$ 685,47; R\$ 591,31 e R\$ 597,01. No quadro geral, o rendimento médio das pessoas nesses municípios não conseguiu alcançar o valor de um salário mínimo (cotado no ano de 2010 no valor de R\$ 510,00).

Em comparação com o Estado de Pernambuco, foi verificado que do total da população de 18 anos ou mais de idade em 2010, correspondente a 6.038.352 pessoas, 10,5% não tinham rendimentos (referente a 659.992 pessoas), e a taxa da população inserida em atividades econômicas foi de 60,4% (3.651.995 pessoas). O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 966,45.

Considerações finais: polarização de investimentos do PAC em Ipojuca e Cabo do Santo Agostinho

O Complexo Industrial Portuário de Suape pode ser considerado um empreendimento que buscou catalisar fontes de investimentos para a formação do parque industrial no território estratégico, por intermédio da estratégia de desenvolvimento setorial.

O primeiro aspecto é que o CIPS foi mobilizado pelos investimentos do PAC em pontos estratégicos da dinâmica econômica regional, o que reforça a assimetria econômica e social entre as regiões, subregiões e mesorregiões do Nordeste. Podemos apontar o caso da polarização de investimentos nos municípios de Ipojuca, Cabo Santo Agostinho e Jaboatão.

O segundo aspecto é que o setor industrial não realizou a diversificação de investimentos em outros segmentos industriais que acionem mais tecnologia. Para o Plano Diretor Suape 2030, a compreensão do conceito de desenvolvimento retoma algumas premissas do conceito de polos de germinação de Hirschman, pois priorizou investimentos em setores de petróleo e construção civil e não houve equilíbrio de investimentos com a área social. Temas como cidadania e democracia (compreendida como fórum de participação social) e o meio ambiente foram marginalizados, são considerados caros para a concepção de subdesenvolvimento e de desigualdades regionais no Brasil.

No relatório do PAC 2 (10º balanço), divulgado pelo Governo Federal, correspondente aos anos 2011 a 2014, em âmbito nacional, o eixo do programa Minha Casa Minha Vida foi o maior receptor de investimentos, com R\$ 361.600.000.000,00, acompanhado pelo da Energia, com R\$ 233.100.000.000,00 (BRASIL-MPOG, 2014b, p. 34). No período supracitado, em Pernambuco, essa relação se inverteu, com o eixo energia do PAC 2 alcançando R\$ 41.922.000.000,00, e o eixo programa Minha Casa Minha Vida recebendo R\$ 9.503.440.000,00. O setor de petróleo foi responsável pela maior fatia de investimento do PAC 2 em Suape.

Os principais projetos no eixo de energia do PAC 2 em Suape foram a Refinaria Abreu e Lima, localizada em Ipojuca, que reverberou em efeitos diretos para a instalação de outros projetos que são derivados desse segmento: a Usina Termoeletrica Energética Suape II S.A., localizada em Cabo do Santo Agostinho; a Petroquímica Suape, o Estaleiro Atlântico Sul, o estaleiro PROMAR, localizados em Ipojuca.

A distribuição de recursos do PAC aos municípios do território estratégico de Suape apresenta o município de Ipojuca, com R\$ 41.478.380.654,73, seguido por Escada com o aporte de R\$ 3.013.798.769,00, Ribeirão, com R\$ 3.084.162.246,28, Jaboatão, com R\$ 313.949.675,9, e em quinto lugar, Cabo de Santo Agostinho, com R\$ 276.133.457,68. Do investimento total do PAC em Ipojuca, praticamente a sua totalidade foi direcionada para o eixo energia. Nos municípios de Escada e Ribeirão, o eixo logístico foi contemplado em quase 100%. Em Jaboatão, 85% do total de investimentos foram destinados ao eixo infraestrutura urbana e social e 15% para o eixo energia. E, em Cabo de Santo Agostinho, cerca de 100% para o eixo de infraestrutura social e urbana.

A sinergia provocada pelos investimentos em Suape ficou circunscrita em Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho e, em menor

proporção, em Jaboatão dos Guararapes. Portanto, dois efeitos foram provocados pelo crescimento econômico no Complexo Industrial Portuário de Suape, no período de 2007 a 2014.

O primeiro deles foi o impacto direto dos investimentos públicos e da iniciativa privada nos municípios de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes. Nesse grupo, o impacto direto de investimentos públicos e privados atingiu a ocupação da mão de obra, conforme demonstradas anteriormente as variações nos grupos ocupacionais, e expandiu, no período de 2009 para 2012, principalmente a oferta de empregos no grupo 8 e no grupo 7, de produção de bens e serviços industriais. Em Ipojuca, após 13 anos de ascensão do seu PIB, houve queda de 2013 para 2014, recuou de R\$ 7.895.299.000,00 para R\$ 7.245.824.000,00, o que demonstra que houve uma inflexão no processo de expansão da economia, mesmo que de forma tênue em relação aos outros municípios, que continuaram a crescer na série histórica do PIB, de 2003 a 2014.

O segundo efeito foi a migração dos trabalhadores de Escada, Moreno, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém, devido à expansão da oferta de trabalho para Ipojuca, Jaboatão e Cabo de Santo Agostinho. Houve aumento dos salários dos grupos de postos ocupacionais 7 e 8 em mais de 50%, porém ainda a faixa salarial permanece em um a dois salários mínimos e não houve expansão de empregos com alta qualificação.

O processo de polarização de investimentos do PAC nos municípios de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão replicaram o movimento de ampliação das assimetrias intrarregionais do Estado de Pernambuco, em relação aos demais municípios. Para Brandão (2007), a polarização deriva de processos de concentração e centralização de capital e as suas reverberações no espaço. Esse fenômeno é consequência da heterogeneidade estrutural, desencadeada no processo de formação econômica estabelecida pela homogeneização do capital em seu território, e da própria cumulatividade e das forças de aglomeração presentes no espaço geográfico capitalista. O capitalismo ordena novos espaços geográficos, novas escalas, novos pontos nodais, rearticulando as forças da polarização, da heterogeneidade e da dominação regionais. Reposiciona os núcleos dinâmicos de comando, *locus* dos efeitos de atratividade e dominação que geram pontos estratégicos, eixos e nó de maior ou menor potencialidade reprodutiva e capacidade de apropriação. Portanto, as suas forças concentradoras são de difícil reversão ou equilíbrio.

As principais conclusões desse artigo foram elencadas a seguir: 1) o crescimento econômico ficou concentrado em três municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Jaboatão; 2) a denominada área de influência indireta de Suape, composta por Escada, Moreno, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém, apresentou taxas de crescimento econômico e melhorou os indicadores de vulnerabilidade social. Porém, foram apresentadas taxas de crescimento díspares em relação às da área de influência direta, e os indicadores sociais persistiram abaixo da média estadual de Pernambuco; 3) no município de Ipojuca, onde foi constatado um dos maiores índices de crescimento econômico no território de Suape, as taxas de vulnerabilidade social estiveram acima das de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão (municípios da área de influência direta).

Referências

BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. *PAC 1: balanço de 4 anos [2007-2010]*. Brasília: Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento, Presidência da República, 2010a.

_____. *Programa de Aceleração do Crescimento Pernambuco: Balanço 3 anos [2007-2010]*, Brasília: Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento, Presidência da República, 2010b.

_____. *PAC 2: balanço de 4 anos [2011-2014]*. Brasília: Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, Ministério do Planejamento, 11º Balanço, 2014a.

_____. *Programa de Aceleração do Crescimento PAC 2 Pernambuco [2011-2014]*, Brasília: Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, Ministério do Planejamento, 11º Balanço, 2014b.

_____. *PAC [2015-2018]*. Brasília: Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, Ministério do Planejamento, 4º Balanço, 2016a.

_____. *Programa do Crescimento Econômico Pernambuco [2015-2018]*. Brasília: Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, Ministério do Planejamento, 3º Balanço 2016b.

CAMARGO, P. *A Ferrovia Nova Transnordestina em meio às atuais condições de reprodução camponesa em Ouricuri (sertão pernambucano)*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Disponível em:

<[http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-](http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/estudospesquisas-)

[fidem/estudospesquisas-](http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/estudospesquisas-e-estatistica)

[e-estatistica](http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/pernambuco-em-mapas)>.
_____. <[http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-](http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/pernambuco-em-mapas)

[fidem/pernambuco-em-mapas](http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/pernambuco-em-mapas)>.
FIEPB. Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. *Desigualdades Regionais*. Subsídios para as discussões do integra Brasil fórum nordeste no Brasil e no mundo, na Mesa Redonda realizada na Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, em Campina Grande, no dia 18 de julho de 2013.

GOVERNO PERNAMBUCO e PROJETEC & PLANAVE. *Novo plano diretor: Suape 2030*. Empresa Complexo Industrial Portuário, 2011.

HIRSCHMAN, A. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura. 1961.

LEBRET, L. J. *Desenvolvimento e Implantação de Indústrias Interessando a Pernambuco e ao Nordeste*. Série Planificação Econômica III. Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Recife, 1955.

PERNAMBUCO, GOVERNO. *O Governo de Pernambuco 1967-1970: programas e realizações*. Recife, 1971.

PETROBRAS. *Relatório de Atividades 2012*, 2012.

_____. *Plano Estratégico Plano de Negócios e Gestão 2017- 2021*, Setembro, 2016.

_____. Vendemos ativos nas áreas de açúcar, etanol e petroquímica por US\$ 587 milhões. *Fatos e Dados*, 2016. Consultado em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/vendemos-ativos-nas-areas-de-acucar-etanol-e-petroquimica-por-us-587-milhoes.htm>>.